

Leia neste número:

Uma Grande Bancada dos Trabalhadores	01
Nota de Pesar: Eduardo Campos	01
Ofensiva patronal será 'assustadora'	02
Centrais reúnem-se com Levenhagen	02
Aumentos reais reduziram desigualdade	03
Mais segurança para os Motoboys	04
12 de Agosto - Dia Mundial da Juventude	04
Informe Mundial sobre a Proteção Social	04



**In Memoriam
Eduardo
Campos
1965 - 2014**

Uma Grande Bancada dos Trabalhadores

Ricardo Patah, presidente da UGT

Passados os primeiros dias da tragédia que enlutou a sociedade e o mundo político brasileiros, cabe ponderar sobre a atual conjuntura política brasileira.

A morte de Eduardo Campos, "um grande líder e um amigo leal dos trabalhadores", como bem definiu a nota de pesar da **União Geral dos Trabalhadores**, deverá trazer mudanças nos prognósticos para o pleito de 3 de Outubro próximo, principalmente a maior probabilidade da realização de um segundo turno eleitoral.

Os primeiros tempos de campanha evidenciaram que valores estratégicos para os trabalhadores brasileiros, suas conquistas neste início de século 21, podem ver-se ameaçados dependendo dos resultados eleitorais.

Os sindicalistas e militantes agrupados na União Geral dos Trabalhadores, uma central sindical múltipla e democrática, têm diferentes candidatos presidenciais escolhidos de acordo com suas convicções e com seus sonhos.

Isso é bem porque mostra o vigor da crença democrática e cidadã da nossa central. Apesar dessas diferentes escolhas, os sindicalistas e militantes da UGT, compartilham um objetivo comum nestas eleições: o de eleger uma forte bancada de trabalhadores no Senado e na Câmara federais e nas câmaras estaduais.

Não há como discordar do Toninho (Antônio Augusto de Queiroz), diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) que, em recente entrevista coletiva em São Paulo, alertou para a necessidade de uma grande bancada dos trabalhadores no Congresso nacional.

Todos sabemos que uma crise econômica se avizinha, talvez a passos rápidos. As diferentes soluções para resolução dessa crise vão depender, qualquer que seja o resultado presidencial, do balanço de forças no Congresso Nacional. Se a presença dos trabalhadores estiver enfraquecida naquela grande Casa, prevalecerão as soluções que vão empurrar para os trabalhadores e para a população pobre os custos da crise econômica.

Existe uma grande ofensiva empresarial e corporativa, e não apenas no Brasil como vimos na recente conferencia da OIT, que quer tirar os direitos dos trabalhadores a qualquer custo. Existe uma parcela do empresariado brasileiro que não se conforma com a nova face social do Brasil.

A tragédia recente deve servir, e essa será a maior homenagem a Eduardo Campos, para agruparmos nossas forças para elegermos uma grande bancada de sindicalistas e de trabalhadores em 3 de Outubro.

Nota de Pesar: Eduardo Campos

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** lamenta profundamente a trágica morte do candidato à Presidência da República, Eduardo Campos e dos demais ocupantes do avião que se acidentou na manhã de hoje (13), em Santos.

O país fica politicamente empobrecido com a perda de um de seus representantes mais promissores, cujo histórico familiar está intrinsecamente ligado às lutas em defesa das aspirações democráticas.

Ainda jovem, Eduardo já tinha uma carreira sólida: deputado estadual, secretário de Estado de Pernambuco, deputado federal, ministro de Estado, governador de Pernambuco por duas vezes.

O Brasil perde um grande líder e os trabalhadores um amigo leal.

Neste momento de dor e pesar, nos solidarizamos com os familiares, amigos e admiradores, assim como também externamos as nossas condolências aos familiares das demais vítimas dessa tragédia.

Ofensiva patronal será 'assustadora'

Se a bancada trabalhista no Congresso não crescer na próxima legislatura, haverá risco de perda de direitos mesmo em um eventual segundo governo de Dilma Rousseff, alerta o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) Antônio Augusto de Queiroz. "A investida patronal a partir do ano que vem contra os trabalhadores será assustadora."

A questão está na distribuição de bancadas no Parlamento, hoje com ampla maioria patronal. "Tem projeto de tudo quanto é gosto para prejudicar os trabalhadores. Se não houver base social, mesmo no governo Dilma a possibilidade de resistência será menor", afirmou o analista político, durante entrevista a veículos alternativos, ontem (6), organizada pela Agência Sindical e pelo Centro de Estudos Barão de Itararé.



O Projeto de Lei 4.330, sobre terceirização, deve voltar a ser discutido logo no início do próximo ano legislativo. Ele observa que a regulamentação da terceirização "em bases precarizantes" é uma das três prioridades do setor empresarial, ao lado do Simples Trabalhista e do veto à Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), contra a demissão imotivada.

Antiga reivindicação sindical, a redução da jornada de trabalho é uma possibilidade com Dilma, desde que seja negociada. "Com Aécio, nem pensar", afirma Queiroz. A alternativa, no primeiro caso, seria diminuir a jornada aos poucos – Queiroz cita como exemplo uma redução de uma hora a cada dois anos, para chegar às 40 horas semanais em oito anos.

O fim do fator previdenciário, outro item da pauta das centrais, também é um tema difícil de ser resolvido. "O movimento sindical insistiu na revogação pura e simples", lembra Queiroz, acrescentando que essa alternativa se mostraria inviável para a Previdência. Uma ideia que chegou a ser discutida foi estabelecer uma transição, como a fórmula 85/95 (soma dos tempos de serviço e idade de mulher e homem, respectivamente).

Ele observa que, hoje, a correlação de forças já é desfavorável aos trabalhadores, com uma bancada empresarial três vezes maior no Congresso (273 a 91). Mesmo assim, houve uma série de avanços na atual gestão. "A bancada sindical foi muito ativa. Nenhum deles deixou de rechaçar ameaças ou apoiar medidas. Se não houvesse a pauta unificada das centrais, provavelmente muitos desses direitos não teriam se materializado". (Vitor Nuzzi, Rede Brasil Atual)

Centrais reúnem-se com Levenhagen

Nesta quarta-feira, dia 13, o **presidente nacional da UGT, Ricardo Patah** e o **Secretário Geral Canindé Pegado**, participaram em Brasília, de um encontro com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), **ministro Antonio José de Barros Levenhagen**.



Para o presidente do TST, a grande lição da Consolidação das Leis do Trabalho, "com relação a qual nós comemoramos 70 anos", é que tudo tem que passar por uma negociação. "O princípio básico da CLT é colocar o trabalho como instrumento básico e necessário na relação social. E o trabalho, com a valorização do trabalhador, esse princípio não pode ser afastado". Ele concordou que a CLT tem que ter uma atualização, "pois tudo muda". No entanto, advertiu que não se pode perder de vista os princípios e os valores que estão consagrados nela.



Leia: **Governo Dilma: realizações em 12 áreas**

Aumentos reais reduziram desigualdade

Cepal constatou que a contribuição do aumento do mínimo brasileiro para a redução da desigualdade da renda do trabalho foi uma das maiores entre países latino-americanos

Marcio Pochmann

Desde o seu surgimento, em 1940, o valor do mínimo nacional perseguiu três fases distintas. Na primeira fase, correspondente às décadas de 1940 e 1960, o valor do salário mínimo foi mais elevado, pois se associava ao objetivo governamental da cobertura de consumo das necessidades básicas dos trabalhadores.

Na segunda fase, entre as décadas de 1960 e 1990, o valor do mínimo nacional abandonou o objetivo governamental de cobrir as necessidades básicas de consumo dos trabalhadores. Assumiu relevância, por exemplo, o compromisso de tornar o salário mínimo, em especial, e os demais salários, em geral, o elemento central da política nacional de combate à inflação, até então identificada fundamentalmente como de custos elevados.



Por fim, a terceira fase do salário mínimo que se encontra atualmente em marcha no Brasil desde os anos 2000. Isso porque se trata de um resgate do valor real do salário mínimo, uma vez que a opção governamental tem sido a de fazer com que o piso nacional volte a cobrir o conjunto das necessidades básicas dos trabalhadores. O resultado concreto tem sido o crescimento do mínimo salarial como proporção da renda per capita nacional.

Segundo informações produzidas recentemente pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), o Brasil registrou a terceira maior elevação do valor real do salário mínimo nacional entre os países da região. Acima do Brasil, encontram-se somente as elevações do valor do salário mínimo na Argentina e Uruguai durante os anos de 2000 a 2012.

Para o mesmo período de tempo, a Cepal também constatou que a contribuição do aumento do salário mínimo brasileiro para a redução da desigualdade da renda do trabalho foi uma das maiores entre os países latino-americanos relacionados. Enquanto o salário mínimo explica 84% da queda do índice Gini de desigualdade de renda no Brasil, a elevação do mínimo contribuiu com 32% da diminuição da desigualdade de renda na Argentina.

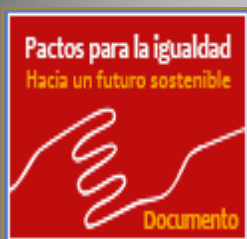
No Uruguai, o aumento do valor real do salário mínimo respondeu por apenas 7% na redução da desigualdade de renda do trabalho. Percebe-se, em síntese, que a diferença entre o comportamento do salário mínimo e o da desigualdade de renda refere-se, possivelmente, aos componentes nacionais distintos que atuam no interior do processo de concentração de renda.

Também se pode observar que a elevação do salário mínimo no período recente foi acompanhada da diminuição tanto do desemprego como da informalidade da mão de obra ocupada. Ao contrário do que afirmam os críticos à elevação do salário mínimo no Brasil, a política atual de recuperação do valor do salário mínimo contribuiu simultaneamente para a redução em 10,3% do conjunto de ocupados informais.

Em pleno ano eleitoral, constata-se que vozes da oposição ao governo da presidenta Dilma, assim como no passado, buscam difundir as velhas receitas de ajustes à atual situação econômica brasileira. Nesse sentido que incluem proposição de reversão da política de elevação do salário mínimo, bem como do rebaixamento do desemprego.

Comparar os avanços do Brasil ao longo do tempo contribui para evitar confundir gato por lebre. Olho vivo e faro fino em 2014 para não se perder nos argumentos de ocasião.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)



CEPAL Pactos para la igualdad



Mais segurança para os Motoboys

O Sindicato dos Mensageiros e Mototaxistas de São Paulo está organizando uma grande manifestação da categoria para o próximo dia 26 de agosto para protestar contra a Prefeitura de São Paulo, que está acabando com as faixas exclusivas para o trânsito de motocicletas na cidade.

Para o Gil, presidente do sindicato, São Paulo concentra a maior frota de motociclistas do país – “só de motofretistas são mais de 220 mil rodando num trânsito caótico”. A grande preocupação é com a segurança dos motociclistas: Gil adverte que “morrem 500 motociclistas a cada ano e mais de 20 mil são internados devido a acidentes com motos”.

“O Sindimoto SP não só repudia veementemente esse ato da prefeitura (e o pior: sendo feito na calada da noite) como está preparando uma GRANDE manifestação para os próximos dias com motocicletas saindo de todas as regiões de São Paulo e dirigindo-se até a sede da prefeitura no centro de São Paulo para reverter essa situação”, completa Gil



12 de Agosto - Dia Mundial da Juventude



Informe Mundial sobre a Proteção Social

Construir a recuperação econômica, o desenvolvimento inclusivo e a justiça social



Mais de 70% da população mundial carece de uma proteção social adequada. Um novo relatório da OIT apresenta as últimas tendências da seguridade social e constata que a maioria das pessoas não tem uma proteção social adequada no momento quando ela mais a necessita.

O relatório da OIT oferece informação sobre os sistemas de proteção social, a cobertura, as contribuições e os gastos de seguridade social em mais de 192 países.

[Resumo em espanhol](#)

[Informe completo em inglês](#)

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos